



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ CASA CIVIL DA
GOVERNADORIA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026
PAE nº 2026/2452335

Promotor: Estado do Pará Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará			
CNPJ nº 07.730.458/0001-45			
Objeto : Fornecimento de água mineral para atender às demandas da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará (Belém), Centros Regionais do Governo do Pará (Marabá, Santarém e Itaituba) e Núcleo de Representação do Estado do Pará em Brasília/DF, sob demanda, no período de 12(doze) meses.			
Método de disputa: <input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto e fechado <input type="checkbox"/> Fechado e aberto			
Critério de julgamento: <input checked="" type="checkbox"/> Menor preço <input type="checkbox"/> Maior desconto			
Entrega			
<i>Forma</i>	Parcelada.		
<i>Prazo</i>	12 meses		
<i>Local</i>	Local e hora da entrega do bem está descrita no <u>item 7.6 do Termo de Referência.</u>		
Valor global estimado: R\$ 323.786,40 (trezentos e vinte e três mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)			
Reajuste Índice	<input type="checkbox"/> IPCA	<input type="checkbox"/> INCC	<input type="checkbox"/> Outro:
	<input type="checkbox"/> INPC	<input checked="" type="checkbox"/> IGPM	
<i>Período</i>	A cada 12 meses		
Pagamento			
<i>Forma</i>	Ordem Bancária Eletrônica.		
<i>Prazo</i>	O prazo para pagamento, após o recebimento e aceite da Nota Fiscal, efetivar-se-á em até 30 (trinta) dias úteis;		
Abertura da sessão pública			
<i>Data</i>	02/06/2026. <i>Local:</i> www.gov.br/compras <i>Hora:</i> 10h00min.		



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ CASA CIVIL DA
GOVERNADORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026.
PAE nº 2026/2452335

SUMÁRIO

CLÁUSULA 1	
Promotor do pregão	3
CLÁUSULA 2	
Fundamento legal	3
CLÁUSULA 3	
Orçamento	3
CLÁUSULA 4	
Objeto.....	3
CLÁUSULA 5	
Agrupamento em lote.....	6
CLÁUSULA 6	
Condições para participar da licitação	6
CLÁUSULA 7	
Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação	8
CLÁUSULA 8	
Preenchimento da proposta.....	10
CLÁUSULA 9	
Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances.....	11
CLÁUSULA 10	
Julgamento das propostas	17
CLÁUSULA 11	
Habilitação.....	20
CLÁUSULA 12	
Adjudicação e homologação.....	27
CLÁUSULA 13	
Recursos	30
CLÁUSULA 14	
Infrações e Sanções Administrativas	31
CLÁUSULA 15	
Impugnação ao Edital	35
CLÁUSULA 16	
Disposições Finais	36



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

CLÁUSULA 1

Do Promotor do pregão

1.1 O PROMOTOR deste pregão é o ESTADO DO PARÁ, por intermédio da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, CNPJ nº 07.730.458/0001-45, com sede na Av. Dr. Freitas 2531, Marco - CEP: 66087-812, neste ato representado pela LUIZIEL HENDERSON GUEDES DE OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, nomeado através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.920, em 04 de abril de 2022, e Sra. KARINA FAMPA DE SOUZA ARAUJO LIMA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, Coordenadora de Relações Governamentais, nomeada através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.644, em 14 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA 2

Do Fundamento legal.

2.1 A presente licitação será realizada por meio de PREGÃO ELETRÔNICO e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.939/23, Decreto Estadual nº 2.940/2023 e Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria 1042/2024 que designa os Agentes de Contratação e Equipe de Apoio e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Do Orçamento

3.1. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes da presente licitação para o(s) exercício(s) seguinte(s) constará da proposta de Lei Orçamentária Anual da Secretaria de Estado de Educação do Pará.

3.2. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

Ug Casa Civil: 110105

Funcional Programática: 110105.04.122.1297

Fonte: 01500000001

Natureza de Despesa: 339030

Projeto atividade: 8338 - 8314

Plano Interno: 4110008314C – Casa Civil

Ação: 283042 – Casa Civil

Projeto atividade: 8314 / 8314 - Centros Regionais e Núcleo de Representação

Ação: 283060 - MARABÁ

Ação: 283028 - SANTARÉM

Ação: 284606 - ITAITUBA

Ação: 283761 - BRASÍLIA

CLÁUSULA 4

Do Objeto.

4.1 O objeto desta licitação é a **contratação** Fornecimento de água mineral para atender às demandas da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará (Belém), Centros Regionais do Governo do Pará (Marabá, Santarém e Itaituba) e Núcleo de Representação do Estado do Pará em Brasília/DF, sob demanda, no período de 12(doze) meses.

4.2 A licitação observará o seguinte:



Item único;



Lotes, conforme tabela do Anexo A deste edital;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

☒ **Divisão em lotes/itens**., formados por **por 02 Lotes e 03 Itens**, conforme tabela constante no Edital e no TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA (BELÉM) – LOTE I				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR ANUAL
1	Água Mineral Natural sem gás, em copo (200 ml), pacote c/ 48 unid.	6.000 PCT	R\$ 41,45	248.700,00
2	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrações de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	4.500 UND	R\$10,62	R\$47.790,00
VALOR TOTAL DO LOTE I R\$ 296.490,00 (duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e noventa reais)				

NÚCLEO DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – (BRASÍLIA/DF) – LOTE II				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR ANUAL
3	Água Mineral Natural sem gás, em copo (200 ml), pacote c/ 48 unid.	120 PCT	R\$ 28,29	R\$ 3.394,80
4	Água Mineral Natural sem gás, embalada em garrafa transparente, com lacre de segurança, 500 ml, em pacote com 12 unidades.	240 PCT	R\$ 28,22	R\$ 6.772,80
VALOR TOTAL DO LOTE II R\$ 10.167,60 (dez mil cento e sessenta e sete reais e sessenta centavos)				

CENTRO REGIONAL DE GOVERNO DO SUDESTE (MARABÁ) – POR ITEM				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR ANUAL
5	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrações de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	360 UND	R\$15,19	R\$5.468,40
VALOR TOTAL DO ITEM I R\$ 5.468,40 (cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos)				



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

CENTRO REGIONAL DE GOVERNO DO SUDOESTE (ITAITUBA) – POR ITEM

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR ANUAL
6	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrações de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	360 UND	R\$ 17,09	R\$ 6.152,40
VALOR TOTAL DO ITEM II R\$ 6.152,40 (seis mil cento e cinquenta e dois reais e quarenta centavos)				

CENTRO REGIONAL DE GOVERNO DO BAIXO AMAZONAS (SANTARÉM) – POR ITEM

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR ANUAL
7	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrações de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	360 UND	R\$ 15,30	R\$ 5.508,00
VALOR TOTAL DO ITEM III R\$ 5.508,00 (cinco mil quinhentos e oito reais)				

VALOR TOTAL DO LOTE I R\$ 296.490,00 (duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e noventa reais)

VALOR TOTAL DO LOTE II R\$ 10.167,60 (dez mil cento e sessenta e sete reais e sessenta centavos)

VALOR TOTAL DO ITEM 5 - MARABÁ R\$ 5.468,40 (cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos)

VALOR TOTAL DO ITEM 6 - ITAITUBA R\$ 6.152,40 (seis mil cento e cinquenta e dois reais e quarenta centavos)

VALOR TOTAL DO ITEM 7 - SANTARÉM R\$ 5.508,00 (cinco mil quinhentos e oito reais)

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 323.786,40 (trezentos e vinte e três mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)

CLÁUSULA 5
DA JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO EM LOTES I E II.

5.1 Permite que as empresas locais com infraestrutura robusta atendam à totalidade da demanda daquelas sedes específicas;

5.2 Amplia a competitividade sem perder a economia de escala, atraindo fornecedores capazes de suprir grandes volumes e diversos formatos (copos e garrações) simultaneamente.

5.3 Simplifica as atividades de gestão e fiscalização contratual, centralizando a logística e o faturamento em um único fornecedor por localidade estratégica.

5.4 DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO AGRUPAMENTO EM LOTES DOS ITENS DE MARABÁ, ITAITUBA E SANTARÉM



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

5.5 O agrupamento de um item solitário em um "lote" não traria benefício técnico ou econômico adicional, uma vez que não há outros itens complementares para gerar economia de escala dentro dessas localidades.

5.6 Ao manter a disputa por item, a Administração evita a criação de barreiras artificiais que ocorreriam caso esses itens fossem aglutinados em lotes maiores, permitindo que o mercado local dispute o objeto em igualdade de condições.

5.7 Como os itens 5, 6 e 7 referem-se a unidades administrativas distintas com orçamentos e ações orçamentárias próprias, a manutenção por item facilita a gestão direta e o empenho individualizado por cada Centro Regional, sem a complexidade de um contrato unificado para objetos tecnicamente independentes.

CLÁUSULA 6

Das Condição para participar da licitação

6.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

6.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

6.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 6.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

6.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 6.1](#) poderá otivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

6.5 Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

6.5 Não poderão disputar esta licitação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens e ela necessários;
- d) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- e) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- f) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

h) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

6.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

6.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.9 O impedimento de que trata a [alínea e do item 6.5](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

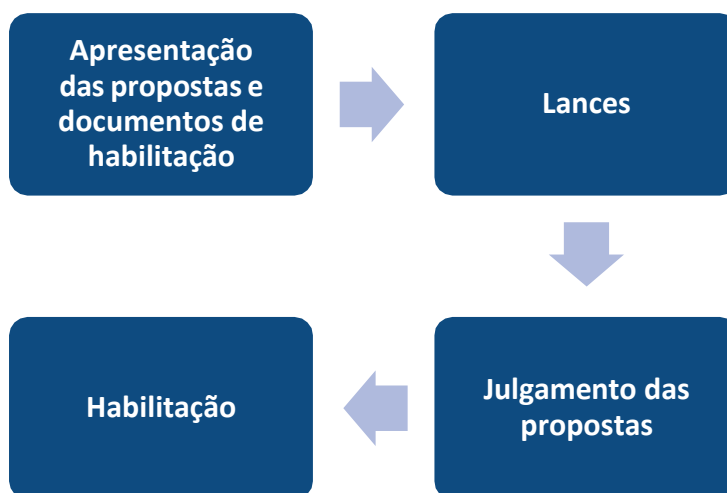
6.10 O disposto nas [alíneas b e c do item 6.5](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

6.11 A proibição do [item 6.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 7

Fases da licitação, Apresentação da proposta e documento de habilitação.

7.1 A licitação terá as seguintes fases:



7.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

7.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e) Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

7.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

7.5 A realização de declarações falsas nos [itens 7.3](#) e [7.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

7.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

7.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

7.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

7.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a) A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b) A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

7.11 O valor final mínimo parametrizado na forma do [item 7.9](#) será **sigiloso** para os demais licitantes e para o promotor, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

7.12 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

7.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 8

Do preenchimento da proposta

8.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a) ☒ valor unitário do item/lote.
- b) ☐ (percentual) desconto.
- c) Marca.
- d) Fabricante.
- e) Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

8.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

8.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 9.13](#). Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

8.7 A apresentação das propostas obrigará cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

8.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 - 1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 - 2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 9

Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação dos lances.

9.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

9.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

9.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

9.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

9.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** e os **LICITANTES**.

9.8 Iniciada a fase de lances, os **LICITANTES** deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **valor unitário do item/lote**.

9.10 Os **LICITANTES** poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

9.11 O **LICITANTE** somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

9.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos **LICITANTES** será de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

9.13 O **LICITANTE** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.14 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa		Regras
<input checked="" type="checkbox"/>	Aberto	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p>f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

9.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 9.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

9.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

9.18 No caso de desconexão com o AGENTE DE CONTRATAÇÃO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

9.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o AGENTE DE CONTRATAÇÃO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 horas** da comunicação deste fato pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.21 Em relação a itens **não exclusivos** para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

9.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

9.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

9.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

9.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.

9.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:

1º

- Empresas estabelecidas no território do Estado do Pará.

2º

- Empresas brasileiras.

3º

- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

4º

- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/09.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

9.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

9.26 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

9.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

9.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

9.29 O AGENTE DE CONTRATAÇÃO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no **prazo de 2 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.30 É facultado ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

9.31 Após a negociação do preço, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 10

Do Julgamento das Propostas

10.1 Encerrada a negociação do preço, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria Geral da União(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

10.1.2 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento: A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;

10.1.3 O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;

10.1.4 Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

10.2 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constatada a capacidade do LICITANTE participar.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

10.3 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

10.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.5.1 Contiver vícios que não possam ser sanados;

10.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;

10.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.5.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

10.5.5 Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado. É indício de inexequibilidade das propostas valores **inferiores a 50%** do valor orçado pela administração, devendo o AGENTE DE CONTRATAÇÃO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

10.5.6 É indício de **inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50%** do valor orçado pela administração, devendo o AGENTE DE CONTRATAÇÃO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises;

10.6 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o AGENTE DE CONTRATAÇÃO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises;

a) Verificação se o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada;

10.7 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

10.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

10.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.11 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.11.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.11.2 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.12 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

10.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

interessados.

10.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.15 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

10.15.1 Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO; ou

10.15.2 Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

10.16 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

CLÁUSULA 11

Da Habilitação.

11.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

11.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

11.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.5. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

11.6 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

11.7 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

11.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

11.9 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

11.10 Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

11.11 Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

11.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

11.13 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.14 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO constitui prova para fins de habilitação.

11.15 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, **2 horas**, prorrogável por



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

igual período, contado da solicitação do AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

11.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

10.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e

b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.18 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.19 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 11.15](#).

11.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

Habilitação jurídica

11.21 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.22 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.23 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.24 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.25 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.26 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.27 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.28 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.29 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

11.30 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.31 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.32 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.33 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito denegativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.34 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.35 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.36 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.37 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

11.38 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.39 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.40 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

11.40.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.40.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

11.40.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.40.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.41 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

11.42 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

Qualificação Técnica

11.43 Será exigida Habilitação Técnica:

11.43.1 Será avaliada a experiência e a qualificação técnica da empresa na prestação de serviços de fornecimento de água, considerando trabalhos similares realizados anteriormente:

I – Atestado(os) de Capacidade Técnica fornecido(os) por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de comprovar que a empresa licitante forneceu o produto pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, pela. (exigência para todos os itens)

11.44 Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis ao objeto desta contratação, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, de no mínimo 01(um) ano, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

CLÁUSULA 12

Da Adjudicação e Homologação.

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 13

Dos Recursos

13.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

a) Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou

b) Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indis-pensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

13.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

CLÁUSULA 14
Das Infrações e Sanções Administrativas.

14.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

INFRAÇÃO	PENALIDADE
<p>Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO durante o certame; Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;4. Deixar de apresentar amostra;5. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;6. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;7. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;8. Deixar de apresentar amostra;9. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;10. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	<p>Multa 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.</p> <p>e Impedimento de licitar e contratar</p> <p>Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<ol style="list-style-type: none">11. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;12. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;13. Fraudar a licitação;14. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:15. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:16. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;17. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;18. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;19. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	<p>MULTA</p> <p>15% a 30% do valor do contrato lícitado.</p> <p>DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

14.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.3 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

14.4 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.5 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

14.6 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

14.7 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na alínea c do item [14.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR

CLÁUSULA 15

Da Impugnação do Edital

15.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

15.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

15.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, através do e-mail xxx

15.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

15.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 16

Das Disposições finais.

16.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.5 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.7 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Termo de Referência.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

16.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO A – Termo de Referência / Especificações Técnicas.

ANEXO B – Minuta do Contrato.

Belém (PA), 15 de abril de 2026.

Karina Fampa de souza araujo Lima
Coordenadora de Relações Governamentais



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

1. O QUE SERÁ CONTRATADO?

Fornecimento de água mineral para atender às demandas da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará (Belém), Centros Regionais do Governo do Pará (Marabá, Santarém e Itaituba) e Núcleo de Representação do Estado do Pará em Brasília/DF, sob demanda, no período de 12(doze) meses.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA (BELÉM) – LOTE I

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR ANUAL
1	Água Mineral Natural sem gás, em copo (200 ml), pacote c/ 48 unid.	6.000 PCT	R\$ 41,45	248.700,00
2	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrações de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	4.500 UND	R\$10,62	R\$47.790,00
VALOR TOTAL DO LOTE I R\$ 296.490,00 (duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e noventa reais)				

NÚCLEO DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – (BRASÍLIA/DF) – LOTE II

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR ANUAL
3	Água Mineral Natural sem gás, em copo (200 ml), pacote c/ 48 unid.	120 PCT	R\$ 28,29	R\$ 3.394,80
4	Água Mineral Natural sem gás, embalada em garrafa transparente, com lacre de segurança, 500 ml, em pacote com 12 unidades.	240 PCT	R\$ 28,22	R\$ 6.772,80
VALOR TOTAL DO LOTE II R\$ 10.167,60 (dez mil cento e sessenta e sete reais e sessenta centavos)				

CENTRO REGIONAL DE GOVERNO DO SUDESTE (MARABÁ) – POR ITEM



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR ANUAL
5	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrações de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	360 UND	R\$15,19	R\$5.468,40
VALOR TOTAL DO ITEM I R\$ 5.468,40 (cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos)				

CENTRO REGIONAL DE GOVERNO DO SUDOESTE (ITAITUBA) – POR ITEM				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR ANUAL
6	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrações de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	360 UND	R\$ 17,09	R\$ 6.152,40
VALOR TOTAL DO ITEM II R\$ 6.152,40 (seis mil cento e cinquenta e dois reais e quarenta centavos)				

CENTRO REGIONAL DE GOVERNO DO BAIXO AMAZONAS (SANTARÉM) – POR ITEM				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR ANUAL
7	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrações de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	360 UND	R\$ 15,30	R\$ 5.508,00
VALOR TOTAL DO ITEM III R\$ 5.508,00 (cinco mil quinhentos e oito reais)				

VALOR TOTAL DO LOTE I R\$ 296.490,00 (duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e noventa reais)

VALOR TOTAL DO LOTE II R\$ 10.167,60 (dez mil cento e sessenta e sete reais e sessenta centavos)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

VALOR TOTAL DO ITEM 5 - MARABÁ R\$ 5.468,40 (cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos)

VALOR TOTAL DO ITEM 6 - ITAITUBA R\$ 6.152,40 (seis mil cento e cinquenta e dois reais e quarenta centavos)

VALOR TOTAL DO ITEM 7 - SANTARÉM R\$ 5.508,00 (cinco mil quinhentos e oito reais)

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 323.786,40 (trezentos e vinte e três mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)

2. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO E NÃO AGRUPAMENTO EM LOTES

2.1 DA JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO EM LOTES I E II

2.1.1 Permite que as empresas locais com infraestrutura robusta atendam à totalidade da demanda daquelas sedes específicas;

2.1.2 Amplia a competitividade sem perder a economia de escala, atraindo fornecedores capazes de suprir grandes volumes e diversos formatos (copos e garrações) simultaneamente.

2.1.3 Simplifica as atividades de gestão e fiscalização contratual, centralizando a logística e o faturamento em um único fornecedor por localidade estratégica.

2.2 DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO AGRUPAMENTO EM LOTES DOS ITENS DE MARABÁ, ITAITUBA E SANTARÉM

2.2.1 O agrupamento de um item solitário em um "lote" não traria benefício técnico ou econômico adicional, uma vez que não há outros itens complementares para gerar economia de escala dentro dessas localidades.

2.2.2 Ao manter a disputa por item, a Administração evita a criação de barreiras artificiais que ocorreriam caso esses itens fossem aglutinados em lotes maiores, permitindo que o mercado local dispute o objeto em igualdade de condições.

2.2.3 Como os itens 5, 6 e 7 referem-se a unidades administrativas distintas com orçamentos e ações orçamentárias próprias, a manutenção por item facilita a gestão direta e o empenho individualizado por cada Centro Regional, sem a complexidade de um contrato unificado para objetos tecnicamente independentes.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?

3.1.1 O motivo para a presente contratação fundamenta-se na essencialidade da água mineral como item indispensável para a manutenção da vida e garantia de condições básicas de dignidade no ambiente de trabalho. A aquisição visa assegurar o suporte hídrico necessário aos servidores, colaboradores, autoridades e visitantes que transitam e realizam atividades diárias nas dependências da Casa Civil, nos Centros Regionais do Governo em Marabá, Santarém e Itaituba, e no Núcleo de Representação em Brasília.

3.1.2 A escolha da água envasada, distribuída em galões, garrafas e copos, justifica-se por sua maior praticidade e economia, uma vez que permite o deslocamento entre diversos espaços físicos sem a necessidade de investimentos vultosos em infraestrutura de filtragem central.

3.1.3 A contratação também supre demandas específicas de agendas institucionais, eventos e reuniões oficiais onde não há disponibilidade de bebedouros fixos, utilizando-se para isso o formato de água em copo.

3.1.4 Por fim, a medida garante a eficiência e a continuidade administrativa, selecionando a proposta mais vantajosa para suprir as necessidades do órgão pelo período de 12 meses, evitando qualquer interrupção de serviços essenciais devido ao término de contratos anteriores.

4. NATUREZA DO BEM

O bem possui natureza **COMUM**.

5. PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM

5.1 HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?

SIM, deverá estar de acordo com as normas da Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA e INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, bem como às regras da ABNT e demais regulamentações aplicáveis aos itens.

5.2 O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?

SIM.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

5.2.1. Deverá ser apresentado pelo fornecedor provisoriamente vencedor, no prazo de 02 (dois) dias corridos após a fase de julgamento e antes da habilitação, um catálogo dos produtos, conforme proposta vencedora, para avaliação e seleção dos produtos em questão, sendo o resultado divulgado no ato da sessão pública.

5.2.2. Levará em consideração a comprovação da marca e especificação técnica com base no edital, dessa forma, o catálogo deve conter, de maneira legível, as informações de que trata este item.

5.3 HAVERÁ GARANTIA DO BEM?

SIM. A Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo fornecedor/fabricante em sua proposta comercial.

5.4 HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?

Não será prestada assistência técnica em relação aos itens.

6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

6.1 FORMA DE CONTRATAÇÃO

6.1.1 A Contratação de que trata poderá ocorrer meio de Processo Licitatório, na modalidade denominada **Pregão Eletrônico**, do tipo **Menor Preço Por Lote em Belém e Brasília, e por item nos centros regionais**, observando-se as normas legais e os procedimentos administrativos estabelecidos pela legislação vigente.

6.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO.

6.3 O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?

■ NÃO.

6.4 CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA

A proposta deve observar os **valores unitários e globais máximos aceitáveis** conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado, devendo atender as normas da Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA e INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, ABNT e demais aplicáveis, e critérios de julgamento/aceitação da amostra relacionados no **Item 5.2** do Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

6.5 HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

☒ Sim, para o lote II e itens 5, 6, e 7, que possuem valores estimados inferiores a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), opta-se pela prioridade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

7.1 SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?

☒ SIM.

7.1.1 Atestado (os) de Capacidade Técnica fornecida (os) por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de comprovar que a empresa licitante forneceu o produto pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, pela. *(exigência para todos os itens)*

7.2 QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS

7.2.1 Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis ao objeto desta contratação, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, de no mínimo 01(um) ano, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.3 HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?

Preferencialmente adquirir produtos que sejam cultivados e embalados a partir de critérios de sustentabilidade ambiental, bem como, fazer o descarte das embalagens de forma seletiva, a fim de que seja oferecida a possibilidade de reaproveitamento dos materiais.

7.4 HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?

☒ SIM.

7.4.1 A CONTRATADA assume integralmente o risco de desconformidade técnica e sanitária, responsabilizando-se por fornecer produtos que atendam rigorosamente às normas da ANVISA, INMETRO e ABNT, sob pena de rejeição imediata e aplicação de sanções administrativas. Este compromisso estende-se à garantia de integridade física dos itens, abrangendo a responsabilidade por qualquer avaria, contaminação ou violação de lacres em copos, garrafas e galões ocorrida até o momento da entrega e do aceite definitivo pelo órgão.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

7.4.2 riscos civis e ambientais decorrentes de sua atividade, incluindo danos causados a terceiros ou ao meio ambiente por descarte inadequado de embalagens ou falhas no transporte. No caso específico dos galões de 20 litros, a empresa assume ainda o risco pela gestão do regime de comodato, responsabilizando-se pela higienização periódica e pela substituição de vasilhames que não apresentem perfeitas condições de conservação e uso.

7.5 COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?

7.5.1 A entrega do objeto será parcelada, em quantidade e prazos previamente definidos, de acordo com a demanda dos respectivos órgãos;

7.5.2 O presente objeto deverá ser entregue de acordo com as regras instituídas neste Termo, devendo obedecer todas as normas da Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais legislações vigentes que regem a matéria;

7.5.3 O objeto contratado deverá ser considerado de primeira qualidade e deverá ser entregue devidamente protegido e embalado adequadamente contra danos no transporte e manuseio, acompanhado das respectivas Notas Fiscais/Faturas;

7.5.4 Os produtos, objeto deste termo, deverão estar devidamente lacrados, sem sinais de violação ou contaminação, contendo rótulo padronizado aprovado pela legislação vigente pertinente ao objeto;

7.5.5 A entrega do objeto não poderá exceder o prazo de até 2 (dois) dias para o Lote I, e 5 (cinco) dias úteis para o lote II e os itens 5,6 e 7, contados da solicitação formal, através da Nota de Empenho e/ou documento pertinente, emitidos pela Contratante, devidamente recebidos pela Contratada;

7.5.6 Caso se constate que algum produto apresente qualquer avaria, embalagem danificada e/ou violada, especificações incorretas, fora dos padrões estabelecidos, bem como, apresentar qualquer outro tipo de irregularidades ou outra circunstância que comprometa a qualidade e/ou impeça a utilização a que se destina, deverá ser substituído no prazo máximo de:

a) 2 (dois) dias úteis para o Lote I, contados do recebimento da notificação oficial pela Contratada, sem responsabilidades e ônus a Contratante. Estando a Contratada sujeita às despesas decorrentes de devolução e nova entrega;

b) 3 (três) dias úteis para o lote II e os itens 5,6 e 7, contados do recebimento da notificação oficial pela Contratada, sem responsabilidades e ônus a Contratante. Estando a Contratada sujeita às despesas decorrentes de devolução e nova entrega;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

7.5.7 O atraso na substituição do item poderá acarretar a suspensão do pagamento, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas neste instrumento, salvo se devidamente justificado e aceito pela fiscalização do contrato.

7.5.8. Qualquer produto entregue que não seja comprovadamente de primeira qualidade e/ou que não esteja de acordo com as exigências e condições estabelecidas neste termo, caberá ao(s) servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE rejeitar totalmente ou em parte, devolvendo para reposição no prazo estipulado neste instrumento.

7.5.9 Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com todas as especificações e condições constantes deste termo e da proposta da empresa, inclusive da marca;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento provisório e sua consequente aceitação.

7.5.10 A atuação da fiscalização da Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA;

7.5.11 O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado pela legislação sanitária, seguindo as normas vigentes de segurança e transporte de materiais de consumo e inflamáveis, em veículo limpo, com cobertura protetora para carga, de forma que mantenha a integridade do produto e das pessoas envolvidas.

7.5.12. Todos os custos com transporte, fretes, entre outros, que incidam sobre a execução do objeto, serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os produtos ser deslocados e entregues em perfeitas condições de segurança.

7.6 LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

7.6.1 Lote I (Belém): Sede da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, localizada a Avenida Doutor Freitas, n.º 2531, Bairro do Marco, Cidade de Belém, Estado do Pará, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h às 16h, em dias de efetivo expediente no órgão.

a) Diretoria de Logística, devendo a data da efetiva entrega ser comunicada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, formalmente através do email: **logistica@palacio.pa.gov.br**, informalmente pelo telefone **(91) 3216-8822** e/ou diretamente no endereço mencionado supra.

7.6.2 Lote II (Brasília): Sede do Núcleo de Representação do estado do Pará em Brasília/DF, localizado em Brasília/DF, Scs. QD 02, Ed. Palácio do Comércio, 5º andar, salas 508/511 – Asa Sul, plano piloto – CEP: 70318-900.

a) Área Administrativa, devendo a data da efetiva entrega ser comunicada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, formalmente através do e-mail: **rgpabsb@gmail.com**, informalmente pelo telefone (61) 3225-2018 e/ou diretamente no endereço mencionado supra.

7.6.3 Item 5 (Marabá): Sede do Centro Regional de Governo do Sudeste do Pará, localizado na Rodovia BR 222, Folha 30, Quadra e Lote Especial, bairro Nova Marabá, cidade Marabá/PA, CEP: 68507-760, no horário das 08h:30min às 16h, em dias de efetivo expediente no órgão.

a) Coordenação Área de Administração e Finanças, devendo a data da efetiva entrega ser comunicada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, formalmente através do e-mail: **caf@crgsp.pa.gov.br**, informalmente pelo telefone que será informado posteriormente e/ou diretamente no endereço mencionado supra.

7.6.3 Item 6 (Itaituba): Sede do Centro Regional de Governo do Sudoeste, localizado na Travessa João pessoa, sub esquina com Av. Antonio de Pádua Gomes, 3º rua, nº645 – Itaituba/PA. O Setor responsável pelo recebimento do objeto do presente termo será:

a) Coordenação Área de Administração e Finanças, devendo a data da efetiva entrega ser comunicada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, formalmente através do e-mail: **centroregionaldotapajos@gmail.com**, informalmente pelo telefone que será disponibilizado posteriormente e/ou diretamente no endereço mencionado supra.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

7.6.4 Item 7 (Santarém): Sede do Centro Regional de Governo do Baixo Amazonas, localizado na Travessa 15 de Agosto, 120, bairro Centro, Cidade Santarém/PA, CEP: 68005-300 6.2. O Setor responsável pelo recebimento do objeto do presente termo será:

a) Coordenação Área de Administração e Finanças, devendo a data da efetiva entrega ser comunicada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, formalmente através do e-mail: **caf@crgba.pa.gov.br**, informalmente pelo telefone que será informado posteriormente e/ou diretamente no endereço mencionado supra.

7.7 PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE

7.7.1 Considerando as especificidades dos produtos, as validades deverão seguir:

PRODUTO	VALIDADE
Água Mineral, sem gás, 20 litros, em garrafão transparente.	Conteúdo: mínimo de 6(seis) meses a contar do engarrafamento. Garrafão: não poderá ultrapassar 3(três) anos, sendo aceito até 1(um) ano antecedente ao final do prazo limite de uso.
Água Mineral, sem gás, 200 ml, em garrafão transparente.	Conteúdo: mínimo de 6(seis) meses a contar do engarrafamento.
Água Mineral, sem gás, 500 ml, em garrafão transparente.	Conteúdo: mínimo de 6(seis) meses a contar do engarrafamento.

7.7.2 As informações devem estar presente na embalagem, e obedecer à legislação vigente, observando-se as variáveis dos processos de obtenção e conservação;

7.7.3 A justificativa para a estipulação do prazo de validade citado no item anterior tem como principal finalidade, assegurar a qualidade do produto a ser adquirido, bem como sua possível substituição em casos de eventuais vícios detectados ao longo de seu consumo, além da segurança na utilização.

7.8 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

7.8.1. . Todos os produtos, objeto do presente termo, deverão apresentar-se em perfeito estado de conservação e consumo, com suas embalagens íntegras e dentro dos padrões estabelecidos pelo Órgão de Vigilância Sanitária e INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e demais legislação pertinente ao objeto.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

7.8.2. Embalagens que estiverem estufadas, amassadas ou que contiverem defeitos ou violações, bem como as que apresentarem qualquer outro tipo de impureza, que possa comprometer ou interferir na qualidade do produto, serão rejeitadas, cabendo à contratada substituí-los ou repô-los no prazo máximo, estabelecido neste Termo.

7.8.3. Os produtos devem apresentar externamente nas embalagens dados de identificação, validade, procedência, quantidade e outras pertinentes, nos termos da legislação vigente, devendo ainda ser embalados higienicamente e apresentar rótulo descritivo na embalagem do produto.

7.8.4. Todas as embalagens deverão apresentar-se em perfeito estado de conservação, íntegras e dentro dos padrões estabelecidos pela legislação pertinente ao produto, vindo a Contratada a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, caso realize o fornecimento de produto com má qualidade, fora dos níveis aceitáveis previstos na legislação em vigor.

7.8.5. Os produtos deverão estar em conformidade com as características sensoriais e temperatura recomendadas com base nas normas técnicas que regulamentam o fornecimento e transporte de alimentos.

7.8.6. Atender ao disposto no art. 31 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor "A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores."

7.8.7. Fica facultado ao agente de contratação proceder diligência acerca da compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho dos produtos próprio para consumo, de acordo com as condições previstas no Edital.

7. PRAZO E GARANTIA DO CONTRATO

8.1 PRAZO DO CONTRATO

☒ 12 meses. A contar da data de assinatura, obedecidas às condições estipuladas no Instrumento Contratual.

8.2 HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?

☒ Sim, em virtude da necessidade contínua e permanente.

8.3 QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?

☒ Nenhuma, pois não se aplica.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

É VEDADA a subcontratação parcial ou integral, salvo se previamente autorizada pela CONTRATANTE.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

9. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO

- UG CASA CIVIL: 110105
- FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 110105.04.122.1297
- PROJETO ATIVIDADE: 8338-8314
- PLANO INTERNO: 4110008338C – CASA CIVIL
4110008314C – CENTROS REGIONAIS E NÚCLEO DE REPRESENTAÇÃO
- FONTE: 01500000001
- FONTE DETALHADA: 00000
- NATUREZA DE DESPESA: 339030
- AÇÃO: 283042 – CASA CIVIL
- AÇÃO: 283028 – SANTARÉM
- AÇÃO: 283060 – MARABÁ
- AÇÃO: 284606 – ITAITUBA
- AÇÃO: 283761 – BRASÍLIA

10. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 DOS DIREITOS DA CONTRATADA

11.1.1 Sem que a isto limite suas garantias, a Contratada terá os seguintes direitos:

- Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas neste termo, em sua proposta e no contrato;
- Receber o devido atesto do objeto contratado após verificação das especificações e recebimento definitivo;
- Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do contrato, a fim de que possa proceder com as devidas correções;
- Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

11.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.2.1 Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a Contratada responsável pelo seguinte:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

- a) Cumprir fielmente as obrigações assumidas, conforme estabelecidas neste termo, na proposta de preços apresentada e no contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para entregar o objeto no prazo, local, horário indicados e dentro das condições pactuadas;
- b) Substituir todo e qualquer produto que apresentar vício aparente, durante o período de garantia/validade, no prazo e condições estabelecidas neste termo;
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto no Setor Competente da Contratante, incluindo as entregas feitas por transportadoras, se for o caso;
- d) Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da Contratante, nem poderá onerar o objeto contratado, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;
- e) Responsabilizarem-se por quaisquer acidentes que venham a ser vitimados os seus empregados ou prepostos quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- f) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, sobre o objeto contratado, credenciando junto ao Órgão um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;
- g) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação e/ou contratação que sejam compatíveis com as obrigações assumidas;
- h) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parte alguma o objeto contratado;
- i) Cumprir durante a vigência do contrato todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais vigentes, a regularidade com o fisco, com o sistema de seguridade social, sob pena de rescisão contratual, sem direito a indenização sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- j) Informar ao Órgão Contratante qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes do Contrato, tais como: mudança de endereço, telefone, e-mail, dissolução da sociedade, falência e outros;
- k) Aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos estimados, nos limites previstos na Lei nº14.133/21 e alterações;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

l) Atender as disposições legais e regulamentares, inclusive as orientações determinadas pela contratante, pertinentes à execução do objeto, objetivando o fiel cumprimento do contrato, responsabilizando-se pelos produtos fornecidos, nos termos da legislação vigente;

m) Indicar a Contratante, por escrito, em até 02 (dois) dias após a assinatura do contrato, os nomes, e-mails e telefones de contato dos funcionários que atenderão as requisições do fornecimento objeto, que prestarão esclarecimentos e atenderão às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, atualizando sempre que necessário.

12.3 DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

12.3.1 É expressamente vedada à CONTRATADA:

- a) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a execução do objeto;
- b) A veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE;
- c) Caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual.

11. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 DOS DIREITOS DA CONTRATANTE

13.1.1 Sem que a isto limite suas garantias, terá a Contratante os seguintes direitos:

- a) Receber o objeto nos termos e condições pactuadas;
- b) Rejeitar o produto cujas especificações não atendam aos requisitos mínimos constantes neste Termo, na proposta vencedora e no contrato;

13.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.2.1 Sem que a isto limite suas obrigações, será a Contratante responsável pelo seguinte:

- a) Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) a Contratada, após a efetiva entrega do produto, observando ainda as condições estabelecidas neste termo, no Contrato e proposta vencedora, cumprindo todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada no prazo estipulado;
- b) Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes à execução do objeto, para que a Contratada possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições pactuadas;
- c) Promover, através de seu representante, o acompanhamento, a fiscalização e recebimento do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de garantia e entregas, anotando em registro próprio as falhas



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

detectadas e comunicando por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

d) Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades detectadas no objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

12. PRAZO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 FORMA DE PAGAMENTO

14.1.1 MEIO: Ordem Bancária.

14.1.2 ONDE: Conta Corrente da contratada no Banco do Estado do Pará (preferencialmente), ou em outra Instituição Financeira que tenha vínculo com a Administração Pública do Pará.

14.1.3 PRAZO: Até 30(trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura), com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.

14.1.4 PROVA DE REGULARIDADE FISCAL - A regularidade fiscal pode ser provada por meio consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante e/ou pela apresentação dos documentos constantes no art.68 da Lei Federal nº14.133/21 e pontuados no item 14.2.1.

14.2 DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

14.2.1 O pagamento do valor do objeto executado será de acordo com as condições constantes deste Termo, após a efetiva entrega dos produtos, apreciação, aprovação e o consequente aceite pela CONTRATANTE, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/Fatura dos produtos fornecidos;
- b) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS (CRF);
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal;
- f) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas.

14.4 EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

14.4.1 Caso a CONTRATADA não cumpra o disposto no item 14.2, *quando não for possível consultar o SICAF ou outro sítio eletrônico*, a CONTRATANTE poderá sustar o pagamento, não incorrendo em qualquer cominação por atraso de pagamento até o regular cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.4.2. Não haverá qualquer atualização financeira dos valores a serem pagos entre a data da efetiva execução do objeto e a data de apresentação das notas fiscais/faturas e desta até a data de vencimento.

14.4.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente liquidação de multa ou qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta em virtude de penalidade ou inadimplência.

14.4.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

14.4.5. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital, bem como, identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.4.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.4.7. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

14.4.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.4.9. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

14.4.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.4.11. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

14.4.12. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, motivadamente, suspender o pagamento se a execução do contrato estiver em desacordo com as especificações e condições contratuais.

13. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

15.1 DA ADVERTÊNCIA E MULTA

15.1.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste termo, a Contratante poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao licitante vencedor as seguintes sanções:

a) Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração.

15.1.2. Multa moratória no percentual correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor do contrato, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 15 (quinze) dias corridos.

a) A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

15.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos produtos fornecidos, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

15.1.4. Decorridos 30 (trinta) dias sem que a Contratada tenha cumprido com a obrigação assumida estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando sua rescisão.

15.2 DO IMPEDIMENTO DE LICITAR

15.2.1 Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:

- a) a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do seu objeto;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

c) não mantiver a proposta; falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

15.2.2 As sanções previstas nos subitens 15.1.1 alínea “a” e 15.2.1 deste item poderão ser aplicadas juntamente com as dos subitens 15.1.2 e 15.1.3, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.2.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

16.1 DAS OBRIGAÇÕES DO FISCAL

16.1.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Contratante, doravante denominado Fiscal do Contrato, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação destinada a orientar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto contratado, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, na forma da lei nº14.133/2021 e suas alterações.

16.1.2. A contratada será a única e exclusiva responsável pela execução do objeto contratado. No entanto, a contratante, por meio do fiscal do contrato, reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto, seja diretamente ou por prepostos designados;

16.1.3. A fiscalização do contrato manterá contato com o preposto indicado pela contratada, para avaliar e aferir o desempenho e qualidade do fornecimento do produto, e se for o caso, o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos;

16.1.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste;

16.1.5. O fiscal do contrato se reserva o direito de rejeitar qualquer profissional da contratada que não esteja correspondendo ao desempenho das tarefas definidas acerca da execução do objeto e principalmente, quando se verifique continuidade de erro na entrega do produto;

16.1.6. A contratante exercerá, através do fiscal do contrato, a fiscalização permanente sobre a qualidade dos produtos entregues, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução do objeto contratado;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA nº011/2026
Protocolo PAE nº 2026/2452335

16.1.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, devendo a fiscalização do contrato apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, se for o caso;

16.1.8. O representante da contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na lei nº14.133/2021 e suas alterações;

16.1.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade no fornecimento do objeto em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste termo e/ou no ato convocatório e/ou instrumento contratual;

16.1.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade na execução do objeto, por ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo e a ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a lei nº14.133/2021 e suas alterações.

Belém/PA, 14 de maio de 2026,

Elaboradores:

<p>Douglas de Souza Equipe de Planejamento da Contratação</p>
<p>De acordo,</p> <p>Jairo Lima Diretor de Logística Casa Civil</p> <p>Rejane Oliveira Centro Regional de Governo do Baixo Amazonas CRGBA</p> <p>Ariane Serrão Centro Regional de Governo do Sudeste CRGSUDESTE</p> <p>Nildo Dias Centro Regional de Governo do Sudoeste CRGSUDOESTE</p> <p>Maria Regina Caramuru Núcleo de Representação do Estado do Pará em Brasília NRPADF</p>



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2452335

Anexo/Sequencial: 67

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2015.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: DOUGLAS GOMES DE SOUZA,

CPF: ***.688.572-**

Em: 14/05/2026 14:59:40

Aut. Assinatura: e855a1ea149e68cd6a950d59e061819cb6dedc39f22a8dacfee7a8d79651d45c



Identificador de autenticação: b6e1611c-bae9-4f93-9ef4-f5e264960354

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE Nº XX/2026-CCG/PA
PAE nº 2026/2452335
(MINUTA)

RESUMO



CONTRATANTE

Estado do Pará | **CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**
CNPJ nº 07.730.458/0001-45

CONTRATADO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



OBJETO

Fornecimento de água mineral para atender às demandas da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará (Belém), Centros Regionais do Governo do Pará (Marabá, Santarém e Itaituba) e Núcleo de Representação do Estado do Pará em Brasília/DF, sob demanda,

ENTREGA

Forma A entrega do objeto será parcelada.

Prazo 5(cinco) dias úteis após a solicitação formal do setor competente através da emissão da nota de empenho.



Local

Lote I (Belém): Sede da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, localizada a Avenida Doutor Freitas, nº 2531, Bairro do Marco, Cidade de Belém, Estado do Pará, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h às 16h, em dias de efetivo expediente no órgão.

Lote II (Marabá): Sede do Centro Regional de Governo do Sudeste do Pará, localizado na Rodovia BR 222, Folha 30, Quadra e Lote Especial, bairro Nova Marabá, cidade Marabá/PA, CEP: 68507-760, no horário das 08h:30min às 16h, em dias de efetivo expediente no órgão.

Lote III taituba): Sede do Centro Regional de Governo do Sudoeste, localizado na Travessa João pessoa, sub esquina com Av. Antonio de Pádua Gomes, 3º rua, nº645 – Itaituba/PA, no horário das 08h:30min às 16h, em dias de efetivo expediente no órgão.

Lote IV (Santarém): Sede do Centro Regional de Governo do Baixo Amazonas, localizado na Travessa 15 de Agosto, 120, bairro Centro, Cidade Santarém/PA, CEP: 68005-300 6.2, no horário das 08h:30min às 16h, em dias de efetivo expediente no órgão.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

R\$XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

REAJUSTE

Índice IGPM/FGV

Período A cada 12 (doze) meses.

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo Em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7ª da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti- los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição





VIGÊNCIA

Prazo **12 (doze) meses.**

Início **XX/XX/2026**

Fim **XX/XX/2027.**

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

Estado do Pará, por intermédio da **CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 07.730.458/0001- 45, com sede na Avenida Doutor Freitas, nº 2531, bairro: Marco, CEP: 66.087-812, cidade de Belém/PA, neste ato representado pelo Sr. **LUIZIEL HENDERSON GUEDES DE OLIVEIRA**, brasileiro, Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, nomeado através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.920, em 04/04/2022, inscrito no RG sob o nº 4433999 SSP/PA e no CPF nº 093.934.712- 15, residente e domiciliado na cidade de Belém/PA, e/ou a Sra. **KARINA FAMPA DE SOUZA ARAUJO LIMA**, brasileira, Coordenadora de Relações Governamentais, nomeada através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.644, em 14/12/2023, inscrita no RG sob o nº 3068635 PC/PA e no CPF nº 515.966.872- 15, residente e domiciliada na cidade de Belém/PA.

CONTRATADO

XXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº. XXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro: XXXXXX, município de XXXXXXXX/XX, CEP: XXXXXXXX, Fones (XX) XXXXXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por sua administradora Sra. **XXXXXXXXXXXXXX**, brasileira, inscrita no RG sob o nº XXXXXXXXXXXX e no CPF nº XXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX, nº XX, Bairro: XX, CEP: XXXXXXXXX no município de XXXXXXXX/XX.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

2.1 O presente contrato é oriundo do processo licitatório, tipo **Pregão eletrônico nº XX/2026-CCG/PA**, é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais exigências previstas no Edital, no Termo de Referência e demais documentos constante do **PAE nº 2026/2452335**.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto da contratação é Fornecimento de água mineral para atender às demandas da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará (Belém), Centros Regionais do Governo do Pará (Marabá, Santarém e Itaituba) e Núcleo de Representação do Estado do Pará em Brasília/DF, sob demanda, no período de 12(doze) meses.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor, e aos anexos desses documentos.

3.3 Os bens contratados/equipamentos são os seguintes descritos no Termo de Referência e conforme quadro abaixo:

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA (BELÉM) – LOTE I					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Água Mineral Natural sem gás, em copo (200 ml), pacote c/ 48 unid.	PCT	6.000	R\$ XXXX	R\$ XXXX
2	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrafões de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	UND	4.500	R\$ XXXX	R\$ XXXX
VALOR TOTAL DO LOTE I R\$ xxxxxxxx,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)					

CENTRO REGIONAL DE GOVERNO DO SUDESTE (MARABÁ) – LOTE II					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrafões de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	UND	360	R\$ XXXX	R\$ XXXX
VALOR TOTAL DO LOTE II R\$ xxxxxxxx(xxxxxxxxxxxxxxx)					

CENTRO REGIONAL DE GOVERNO DO SUDOESTE (ITAITUBA) – LOTE III					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrafões de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	UND	360	R\$ XXX ,	R\$ XXXX
VALOR TOTAL DO LOTE III R\$ 6.152,40 (seis mil cento e cinquenta e dois reais e quarenta centavos)					

CENTRO REGIONAL DE GOVERNO DO BAIXO AMAZONAS (SANTARÉM) – LOTE IV					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	Água Mineral Natural sem gás, Garrafão de 20Lts, e embalada em garrafões de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com comodato.	UND	360	R\$ XXX	R\$ XXXX
VALOR TOTAL DO LOTE IV R\$ xxxxxxxx00 (xxxxxxxxxxxxx reais).					

NÚCLEO DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – (BRASÍLIA/DF) – LOTE V					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	Água Mineral Natural sem gás, em copo (200 ml), pacote c/ 48 unid.	PCT	120	R\$ xxxx	R\$ XXXXX
7	Água Mineral Natural sem gás, embalada em garrafa transparente, com lacre de segurança, 500 ml, em pacote com 12 unidades.	PCT	240	R\$ XXX	R\$ XXXXX
VALOR TOTAL DO LOTE V R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXX).					

VALOR TOTAL DO LOTE I R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX);

VALOR TOTAL DO LOTE II R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX);

VALOR TOTAL DO LOTE III R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX);

VALOR TOTAL DO LOTE IV R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX);

VALOR TOTAL DO LOTE V R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX);

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

CLÁUSULA 4

Local / Forma de prestação do serviço

4.1. Local: Lote I (Belém): Sede da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, localizada a Avenida Doutor Freitas, n.º 2531, Bairro do Marco, Cidade de Belém, Estado do Pará, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h às 16h, em dias de efetivo expediente no órgão. O Setor responsável pelo recebimento do objeto do presente termo será:

a) Diretoria de Logística, devendo a data da efetiva entrega ser comunicada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, formalmente através do email: logistica@palacio.pa.gov.br, informalmente pelo telefone (91) 3216-8822 e/ou diretamente no endereço mencionado supra.

4.2. Lote II (Marabá): Sede do Centro Regional de Governo do Sudeste do Pará, localizado na Rodovia BR 222, Folha 30, Quadra e Lote Especial, bairro Nova Marabá, cidade Marabá/PA, CEP: 68507-760, no horário das 08h:30min às 16h, em dias de efetivo expediente no órgão. O Setor responsável pelo recebimento do objeto do presente termo será:

a) Coordenação Área de Administração e Finanças, devendo a data da efetiva entrega ser comunicada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, formalmente através do e-mail: caf@crgsp.pa.gov.br, informalmente pelo telefone que será informado posteriormente e/ou diretamente no endereço mencionado supra.

4.3. Lote III (Itaituba): Sede do Centro Regional de Governo do Sudoeste, localizado na Travessa João Pessoa, sub esquina com Av. Antonio de Pádua Gomes, 3º rua, nº645 – Itaituba/PA. O Setor responsável pelo recebimento do objeto do presente termo será:

a) Coordenação Área de Administração e Finanças, devendo a data da efetiva entrega ser comunicada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, formalmente através do e-mail: centroregionaldotapajos@gmail.com, informalmente pelo telefone que será disponibilizado posteriormente e/ou diretamente no endereço mencionado supra.

4.4. Lote IV (Santarém): Sede do Centro Regional de Governo do Baixo Amazonas, localizado na Travessa 15 de Agosto, 120, bairro Centro, Cidade Santarém/PA, CEP: 68005-300. O Setor responsável pelo recebimento do objeto do presente termo será:

a) Coordenação Área de Administração e Finanças, devendo a data da efetiva entrega ser comunicada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, formalmente através do e-mail: caf@crgba.pa.gov.br, informalmente pelo telefone que será informado posteriormente e/ou diretamente no endereço mencionado supra.

4.5. Lote V (Brasília): Sede do Núcleo de Representação do estado do Pará em Brasília/DF, localizado em Brasília/DF, Scs. QD 02, Ed. Palácio do Comércio, 5º andar, salas 508/511 – Asa Sul, plano piloto – CEP: 70318-900. O Setor responsável pelo recebimento do objeto do presente termo será:

a) Área Administrativa, devendo a data da efetiva entrega ser comunicada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, formalmente através do e-mail: rgpabsb@gmail.com, informalmente pelo telefone (61) 3225-2018 e/ou diretamente no endereço mencionado supra.

4.6. As condições de entrega e recebimento dos bens adquiridos são aquelas previstas no Termo de Referência.

4.2.1 A entrega do objeto **será parcelada**, em quantidade e prazos previamente definidos, de acordo com a demanda dos respectivos órgãos;

4.2.2 Para o Lote I, o prazo máximo de entrega é de até 2 (dois) dias úteis após a solicitação

formal. Para os lotes II a V, o prazo é de até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal, através da Nota de Empenho e/ou documento pertinente, emitidos pela CONTRATANTE, devidamente recebidos pela CONTRATADA.

4.2.3 Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com todas as especificações e condições constantes deste termo e da proposta da empresa, inclusive da marca;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento provisório e sua consequente aceitação.

4.2.4 O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado pela legislação sanitária, seguindo as normas vigentes de segurança e transporte de materiais de consumo e inflamáveis, em veículo limpo, com cobertura protetora para carga, de forma que mantenha a integridade do produto e das pessoas envolvidas.

4.2.5 Todos os custos com transporte, fretes, entre outros, que incidam sobre a execução do objeto, serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os produtos ser deslocados e entregues em perfeitas condições de segurança.

CLÁUSULA 5

Preço

5.1 O valor global estimado do contrato é **R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

6.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o **exercício de 2026**, na classificação abaixo:

UG : 110105

Funcional Programática: 110105.04.122.1297

Fonte: 01500000001 Fonte Detalhada: 000000

Natureza de despesa: 339030

Casa Civil

Projeto Atividade : 8338

Plano Interno: 4110008338C

Ação: 283042

Centros Regionais

Projeto Atividade: 8314

Plano Interno: 4110008314C

Ação: 283028 – Santarém

283060 – Marabá

284606 – Itaituba

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo **IGPM-FGV (Índice geral de Preços do mercado Fundação Getúlio Vargas)**.

7.2 É devido o reajuste contratual apenas a cada **12 (doze) meses**.

7.3 O reajuste se restringirá ao valor do saldo contratual existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado de ofício pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será realizado por simples Apostila.

7.6 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.7 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.8 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco	XXXXXXXXXXXX
Agência	XXX
Conta	XXXXXXXXXXXXXX

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal da CONTRATADA deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

9.1 Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

10.1 A CONTRATANTE tem a obrigação de:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/1990.

- d) Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f) No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- h) Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- i) Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
4. Certidão de Regularidade do FGTS.
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.

- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- k) Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- l) Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- m) Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- n) Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- p) Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.
- q) Não permitir: o trabalho de pessoa menor de 16 (dezesesseis) anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; e a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.

- r) Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- s) Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- t) Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- u) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- v) Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência**.
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar*
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	

- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

12.2 O atraso superior a **30 (trinta) dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
Moratória	Compensatória
a. 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 15 (quinze) dias corridos .	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
b. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 15 (quinze) dias corridos pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.	

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 (quinze) dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.

- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis

CLÁUSULA 15

Das vedações à contratada

15.1 É expressamente vedada à CONTRATADA:

- a) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a execução do objeto;

- b) A veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE;
- c) Caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual.

15.2 É VEDADA a subcontratação parcial ou integral, salvo se previamente autorizada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA 16

Fiscalização

16.1 O cumprimento do contrato será fiscalizado por servidor a ser designado em Portaria específica a ser publicada.

CLÁUSULA 17

Interpretação

17.1 As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/2020 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 18

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

18.1 Observado o disposto na Cláusula 17, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/2019.

CLÁUSULA 19

Divulgação e publicação

19.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 (vinte) dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

19.2 Os prazos contidos no item 19.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 20

Vigência

20.1 O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com **início em XX/XX/2026** e **término em XX/XX/2027**.

20.2 O contrato poderá ter sua vigência prorrogada em conformidade com que estabelece os artigos 105 a 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 21

Foro

21.1 As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém/PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 18.

Belém/PA, XX de XXXXX de 2026.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ
KARINA LIMA
Coordenadora de Relações Governamentais
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO

Testemunhas:

1- _____
Nome:
CPF:

2- _____
Nome:
CPF:



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2452335

Anexo/Sequencial: 59

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Iêda de Oliveira Tamborine,

CPF: ***.540.702-**

Em: 04/05/2026 14:54:42

Aut. Assinatura: cb7a342018c5d1d032cf84d86054a09f2acbbba92cec49ecf7fb9d74db1f7c19



Identificador de autenticação: 5fd23d9d-da7c-4b55-8565-4711cd3028b8

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>